

**A VARIAÇÃO SINTÁTICA DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE
ANTROPÔNIMOS EM ABRE CAMPO E MATIPÓ: DADOS DE LÍNGUA ESCRITA
PRETÉRITA**

**THE SYNTACTIC VARIATION OF A DEFINITE ARTICLE BEFORE
ANTHROPNYMS IN ABRE CAMPO AND MATIPÓ: PAST WRITTEN
LANGUAGE DATA**

Andréia Almeida Mendes*

RESUMO

Objetivou-se entender por que duas localidades da Zona da Mata Mineira – Abre Campo e Matipó – apesar de vizinhas limítrofes, possuem padrões divergentes de fala no que diz respeito à ausência ou à presença de artigo definido diante de antropônimos; para tanto, realizou-se uma análise com base em atas, escrituras e testamentos das referidas cidades em três intervalos de tempo determinados entre o período de 1875 a 1950, com o intuito de levantar hipóteses acerca da origem do padrão de cada localidade. Acreditou-se que o padrão encontrado em Almeida Mendes (2009) tivesse se instalado desde o período de colonização destas duas localidades. Os pressupostos teóricos de Bynon (1977) e Labov (1994) foram adotados, segundo os quais a Linguística Histórica necessita investigar e descrever como as mudanças ocorrem ou como o sistema linguístico preserva uma estrutura. Ao todo, foram analisados 2.705 dados que permitiram concluir que o padrão de uso de artigo definido nesse contexto se diferenciou no decorrer dos anos, contrariando a hipótese inicial.

PALAVRAS-CHAVE: Artigo Definido; Antropônimos; Língua Escrita Pretérita.

ABSTRACT

The objective of this study was to understand why two closely related and bordering areas of the Zona da Mata Mineira - Abre Campo and Matipó - have divergent patterns of speech regarding the absence/presence of the definite article before anthroponyms. The research examined proceedings, title deeds and testaments registered in these two towns in three time periods from 1875 to 1950 in order to propose hypotheses regarding the origin of this pattern in each town. We believe that the pattern found in Almeida Mendes (2009) was installed at the colonization period of these two locations. This research is based on the theoretical propositions of Bynon (1977) and Labov (1994), according to which Historical Linguistics must investigate and describe how changes take place or how the linguistic system preserves a structure. In all, 2,705 data were analyzed, enabling us to conclude that the pattern of the definite article usage in this context differed over the years, contrary to the initial hypothesis.

KEYWORDS: Definite Article; Anthroponym; Past Written Language

1. Introdução

Considerando o “pressuposto teórico de que a variação linguística não é aleatória”, sendo fundamental identificar “conjuntos de circunstâncias linguísticas e sociais (restrições)

que tendem a favorecer o uso de uma ou outra variante [...]” (NARO e SCHERRE, 2008, p. 148), este artigo vem analisar o padrão de uso de artigo definido diante de antropônimos em atas, escrituras e testamentos das referidas cidades em três intervalos de tempo determinados entre o período de 1875 a 1950, com o intuito de levantar hipóteses acerca da origem do padrão de cada localidade.

Pretendeu-se entender, através desta análise, por que duas localidades tão próximas, que têm o português como língua oficial, situadas na zona da Mata de Minas Gerais – Abre Campo e Matipó – distantes por apenas 22 quilômetros, apresentam padrões divergentes no que diz respeito à ausência e à presença de artigo definido diante de antropônimos. Para tanto, partiu-se da hipótese de que o padrão encontrado em Almeida Mendes (2009 e 2015), segundo o qual a cidade de Abre Campo apresenta a fala de seus moradores marcada pela prevalência de artigo definido diante de antropônimos e de que a cidade de Matipó apresenta a fala de seus moradores marcada pela presença de artigo definido nesse mesmo contexto, também se mantivesse nos textos de língua escrita pretérita dessas duas localidades.

Acreditou-se que a divergência encontrada no português falado fosse reflexo de padrões distintos de uso de artigo definido diante de antropônimos já estabelecidos desde o período de colonização das duas localidades. Dessa forma, a análise aqui apresentada, contemplando dados de língua pretérita do português, foi realizada com o intuito de se verificar se o padrão de uso de artigo diante de antropônimos nas duas localidades sempre foi diferente ou se apenas depois de uma determinada época que esse padrão se diferenciou.

2. Pressupostos teóricos

Cabe à Linguística Histórica investigar e descrever “o modo pelo qual as línguas mudam ou mantêm sua estrutura através do tempo” (BYNON, 1986, p.1). Desse modo, para essa autora, é possível abstrair a estrutura gramatical da língua de cada período dos documentos analisados. Seguindo o princípio uniformitário, “as forças que operaram para produzir o documento histórico são as mesmas que podem ser vistas em ação hoje” (LABOV, 1975 *apud* TARALLO, 1990, p.62).

Dois princípios são norteadores na hora de se explicar esse uso do passado/presente para elucidar o presente/passado: primeiro, os fatores que produziram o registro do documento histórico são iguais aos que podem ser observados operando até hoje; segundo, um elemento da estrutura linguística só será entendido quando entendemos como ele foi constituído. Esses princípios originam-se de constantes da fisiologia e da psicologia humana, das relações com a comunidade de fala e do seu encaixamento em uma matriz linguística situada no tempo e no espaço. (LABOV, 2001).

A concepção de mudança, formulada por Labov (1994), segue, em essência, a doutrina de uniformitarismo – oposta à teoria da catástrofe – segundo a qual todos os fenômenos geológicos podem ser explicados como resultante de processos que operam de maneira uniforme. Essa teoria, tomada de empréstimo à geologia, teve como seu precursor, na linguística, William Dwight Whitney (1967, *apud* Labov, 1994) tendo influenciado significativamente a corrente neogramática (LEITE, CALLOU e MORAES, 2003, p.2).

Esse princípio uniformitário torna-se uma pré-condição essencial para a reconstrução histórica e para o uso do presente para explicar o passado, por permitir, através da observação dos processos linguísticos que estão em curso, aqueles que já operaram no passado (LEITE, CALLOU e MORAES, 2003). Vários estágios variáveis e mudanças que aconteceram (tempo real) ou que estão em curso (tempo aparente) são evidenciados através dessa articulação entre presente e passado. Segundo Labov (1994, p.23), esse princípio representa “as suposições de todas as investigações futuras”, mas, ao mesmo tempo, está ciente do alcance de sua capacidade explicativa. Dependendo esse princípio da base fisiológica da língua, ele deve estar correto uma vez que não há indicações de diferenças entre o passado e o presente linguístico nesse aspecto; mas, se considerarmos o princípio uniformitário, notaremos que ele é mais problemático, pois ao se considerar as diferenças sociais veremos que a possibilidade de limitação é sempre maior (LABOV, 1994, p. 23).

A partir daí, pode-se realizar suposições que são necessárias ao trabalho, como bem afirmou Labov (1994), necessitando, assim de se voltar a atenção justamente para as limitações dessas suposições. Realiza-se, assim, afirmações metodológicas necessárias para se proceder à análise do passado e não se afirmam verdades categóricas ao se asseverar que os processos que operam agora podem explicar os acontecimentos do passado.

Segundo essa teoria de Labov (1994), “é possível captar mudanças através da análise distribucional-quantitativa de variáveis em diferentes faixas etárias, análise essa que se

convencionou chamar de distribuição em tempo aparente” (LEITE; CALLOU; MORAES, 2003, p. 3). Como não há como recuperar a língua falada há tanto tempo atrás, esse estudo pode ser realizado com base em textos escritos em prosa que reflitam o vernáculo de certo período de tempo (cartas de cunho pessoal, diários e textos teatrais que tenham visado retratar a fala de diferentes camadas sociais da comunidade).

Tarallo (1986) adverte para a dificuldade de se encontrar esses gêneros textuais acima citados e que, por mais que esses gêneros pareçam possuir dados de língua espontânea, haverá sempre o viés da língua escrita; “de um *corpus* sincrônico absolutamente de nível falado, passa-se a um tipo de material diacrônico de análise que, mesmo sendo de natureza distensa, típica da fala, poderia explicar-se como resultado da influência da oralidade na escrita.” (TARALLO, 1986, p. 71).

Cohen (1995), por sua vez, afirma que a língua escrita apresenta um grau de formalidade e normatização maior do que a língua falada, adotando o seguinte posicionamento de Bynon (1986): desde que sejam feitas concessões com relação às convenções estilísticas e ortográficas características da forma escrita, os textos escritos podem assumir sim o papel de representar amostras da língua falada no período em que ela foi escrita.

3. Metodologia

3.1. Constituição do *corpus*

Foi utilizada a metodologia de pesquisa de campo para a execução deste trabalho. O *corpus* foi formado a partir de dados de língua escrita pretérita, mais precisamente de documentos que datam de 1875 a 1950, em três intervalos de tempo (1875 a 1900; 1910 a 1925; 1935 a 1950), ao todo, foram selecionados 145 documentos escritos (atas, escrituras e testamentos notariais e atas), sendo que, destes 145 documentos, 80 eram de Matipó e 65 eram de Abre Campo. Ressalta-se que a escolha desses gêneros textuais ocorreu por eles estarem entre os textos mais antigos encontrados nas localidades e, também, por se acreditar



que, dentre as opções de gêneros textuais que podiam ser obtidas em cartórios, prefeituras e câmara de vereadores (únicos locais em que textos antigos das cidades foram preservados), seriam os que apresentariam uma estrutura sintática menos rígida. Percebeu-se, nesses textos que, geralmente, o seu início e o seu fim eram padronizados devido ao fato de que “os escribas usavam fórmulas tradicionais que passavam de geração a geração e que muitas vezes eles copiavam literal e diretamente de formulários já estabelecidos” (MAIA, 1986, p. 303-304); porém, no decorrer do texto, os autores apresentavam uma linguagem mais próxima da fala, fugindo da rigidez e do formalismo típicos desses gêneros.

Segundo Maia (1986), a língua escrita dos documentos notariais não reflete exatamente a língua do copista ou o falar regional; pois, em muitos casos, essa língua “obedeceria às tradições gráficas que se encontravam em todo o caso acima da realidade fonética local e, por vezes, mesmo regional” (GOSSEN, 1968, p.15-16 *apud* MAIA, 1986, p. 303). Apesar dessa constatação, Maia (1986) relata que algumas formas da língua falada acabam por escapar na transcrição desses documentos, podendo se obter muitos dados e se tirar muitas conclusões. Assim, ao se estudar esses documentos,

não pode conceder-se o mesmo valor às fórmulas feitas e às outras partes dos documentos, mais espontaneamente saídas das mãos do copista e que, por esse motivo, constituem uma base mais segura para um estudo deste gênero (MAIA, 1986, p. 303-304).

Ressalta-se que essa análise se revelou até certo ponto rica, devido ao fato desses gêneros textuais tratarem de textos datados, com indicação de autoria e com referência ao local em que foram escritos, características não tão comuns aos textos antigos. Conforme Maia (1986), embora estes textos apresentem uma unidade linguística manifestada em alguns momentos, a linguagem presente neles também revela algumas tendências e particularidades linguísticas da época, de influências da própria oralidade e do grau de letramento do próprio notário; observando-se que há momentos, nesses textos, em que os copistas redigem fórmulas feitas; porém, em outros momentos, percebe-se a sua produção.

Além disso, por o fenômeno aqui estudado não se tratar de uma variação estigmatizada socialmente, acredita-se que o uso ou não de artigo diante de antropônimos poderia estar abaixo do nível de consciência do copista.

A ideia inicial era trabalhar com cartas pessoais dos moradores das duas localidades, por considerar que esses documentos seriam os ideais, devido à espontaneidade relativa ao

gênero. Porém, não foi encontrado nenhum texto desse gênero no período textual pesquisado. Optou-se, em função disso, em analisar 180 documentos, 90 em cada localidade: 10 documentos de cada gênero textual e época. Porém, adversidades impossibilitaram essa seleção, dentre elas, destacam-se dois grandes incêndios, um no Fórum de Abre Campo, episódio no qual diversos documentos, não só do fórum como também do cartório que ali funcionava, foram incendiados; outro na Prefeitura Municipal de Matipó, incendiando outros documentos mais e outros fatores adversos, tais como enchentes que atingiram documentos. Ressalta-se, ainda, que não há, em nenhuma das duas localidades, um museu ou qualquer outro local destinado a preservar documentos históricos. Além disso, com o decorrer do tempo, o cartório de Matipó perdeu para o Cartório de Abre Campo, comarca de Matipó, o direito de realizar testamentos.

Os quadros (1) e (2) apresentam o número de documentos analisados em cada localidade.

QUADRO 1

Número de documentos históricos de Abre Campo

	Atas	Escrituras	Testamentos
1875 a 1900	1	10	0
1910 a 1925	10	10	7
1935 a 1950	10	10	7

Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p. 176-177.

QUADRO 2

Número de documentos históricos de Matipó

	Atas	Escrituras	Testamentos
1875 a 1900	10	10	10
1910 a 1925	10	10	10
1935 a 1950	10	10	0

Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p.177.

Em todo o momento de coleta desses dados, teve-se exata noção do paradoxo causado ao se analisar períodos passados da língua; mas, pela inexistência de amostras de fala espontânea e de textos de língua escrita mais também pontâneos, optou-se pela análise da língua escrita de textos notariais. O que se justifica, pois, segundo Cohen, (1995, p.2), na



impossibilidade de:

testar suas hipóteses com falantes/ouvintes da época em que o texto foi escrito: fará uma descrição sincrônica necessária – e relativamente uniformizada (...). O estudo das mudanças se efetivará, no âmbito leitor/escritor e não no âmbito falante/ouvinte.

Desse modo, a pesquisa teve por base, inicialmente, dados da modalidade oral de fala, coletados nos moldes descritos por Labov (1972 e 1994) e, depois, a coleta de dados de língua escrita pretérita; conseguindo, em função disso, a utilização do presente para explicar o passado e o passado para voltar ao presente, num movimento de vai-e-vem típico dos estudos diacrônicos.

Devido ao “fato de as línguas de períodos anteriores serem tão variáveis, esses períodos, deveriam, a princípio, estarem aptos para o mesmo tipo de análise que utilizamos na dialetologia atual” (MILROY, 1992, p.132). Com base nisso, esses textos selecionados de diferentes autores e de diferentes gêneros nos permitiram identificar variantes do período analisado.

3.2. A coleta dos dados

Todos os documentos de língua escrita pretérita foram obtidos através de visitas aos cartórios, prefeitura e câmara dos vereadores das duas localidades. Na busca de se selecionar 145 documentos, a pesquisadora analisou todos os livros existentes nesses locais que datavam do período em análise. Logo após serem localizados, esses documentos foram reproduzidos e, depois, transcritos. Acreditou-se que o documento que traria consigo maior carga de espontaneidade seriam as atas, devido à rapidez com que é produzida e também pelo fato de que, em algumas atas encontradas na Câmara de Vereadores de Matipó, apesar de assinadas por apenas um secretário, contam com até três caligrafias diferentes durante a redação de um mesmo documento.

3.3. A transcrição dos dados

Para a transcrição desses dados, optou-se por uma edição conservadora, tendo as normas de Cohen (2010, p. 122) por base. Essa escolha se deu, pois se objetivou manter um grau baixo de mediação do editor entre o original e a transcrição, “a fim de preservar a língua da época com sua variação, mesmo ortográfica”, preservando, na medida das possibilidades gráficas, “o *layout* original do fólio, no que diz respeito a colunas, a quebras de linha e de fólio, e a manutenção das abreviaturas.” (COHEN, 2010, p. 122), o que pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 1

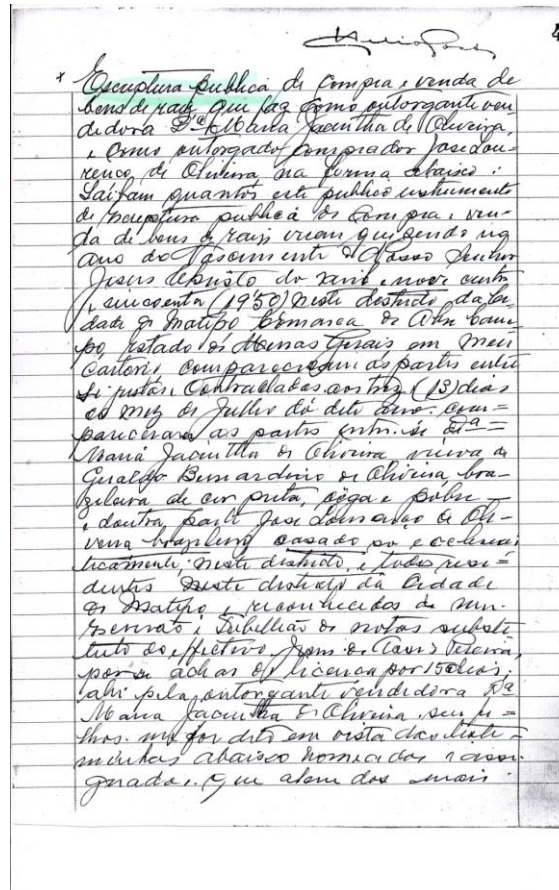
Normas para transcrição de documentos manuscritos

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão mantidas na transcrição e desenvolvidas posteriormente em um glossário.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: deCaboFRio; Embarçaçe; nalingua; sepersipita; em estado deo fazer; Fazendados Padres da Comp ^a .
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: “que podem prejudicar. [espaço] Osdías passaõ eninguem comparece”
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: Aguas; huã; derão; Mantiquêra;
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresenta no original. O caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos será considerado relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve ser feita.
7. Eventuais erros de escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: “nota 1. Pirassocunda por Pirassonunga”; “nota 2. deligencia por deligencia”; “nota 3. advertinto por advertindo”.
8. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa dePedro nolargo damatriz>
9. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: “todos ninguem dospresentes assignarom; sahiram sahiram aspressas para oadro”. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, o editor coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram emdireção opaco.
10. Intervenções de terceiros no documento original, devem aparecer no final do documento informando-se localização.
11. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “não deixe passar neste [conjectura] de Areas”.
12. Letra ou palavra não legível por deteriorização justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].
13. Trecho de maior extensão não legível por deteriorização receberá a indicação [corroídas + 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
14. A divisão das linhas no documento original será preservada, bem como a mudança de fólio.
15. Na transcrição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta na margem esquerda. Será feita de maneira por fólio.
16. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: <u>Antonio Martins Ferr^a</u> ; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].
17. Os fólhos serão numerados no canto direito superior da página com o número e a indicação de r (recto) ou v (verso).

Fonte: COHEN, 2010, p. 131.

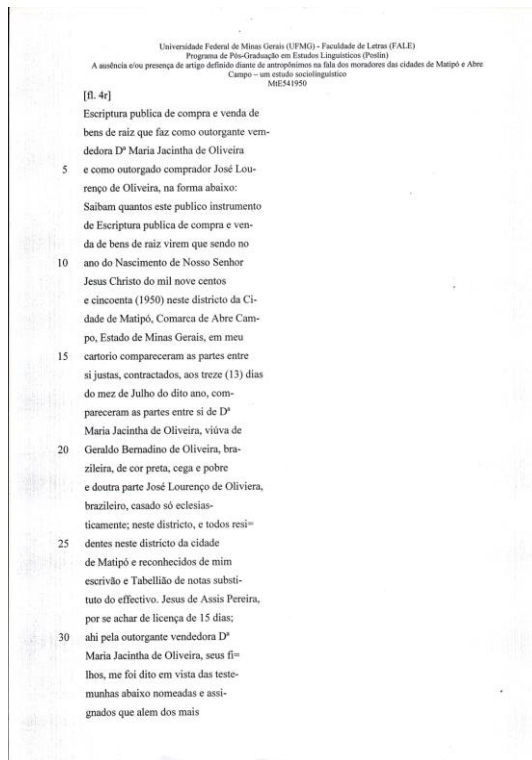
As figuras 1 e 2, abaixo, trazem imagens exemplificando como ocorreu esse processo de transcrição tendo por base o trecho de um dos documentos:

Figura 1: Documento original



Fonte: Cartório de Abre Campo, 1950.

Figura 2: Documento transcrito



Fonte: Cartório de Abre Campo, 1950

Como se pode ver, optou-se por uma transcrição conservadora, objetivando manter um grau baixo de mediação do editor entre o original e a transcrição, com o intuito de preservar a representação ortográfica da época.

3.4. O tratamento dos dados

Inicialmente, os sintagmas nominais não referenciais foram excluídos, selecionando-se somente as ocorrências de antropônimos em posição complementar ao artigo definido. A seguir, todos esses dados selecionados foram submetidos a um programa de análise de dados variáveis similar ao VARBRUL, o Goldvarb (2001), que se apresenta como um recurso similar e, ao contrário do VARBRUL, pode ser utilizado no Windows. Para essa quantificação, foram estabelecidos grupos de fatores que supostamente estariam condicionando a realização da variação da ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos, tais como: localidade, gênero, faixa etária, circunstância em que o antropônimo é citado, função sintática do antropônimo na sentença, estrutura do sintagma nominal, tipo de

antropônimo, antropônimo como item de enumeração, gênero textual, período de tempo, posição do antropônimo, antropônimo em estrutura de genitivo, antropônimo com qualificativo, grau de intimidade do falante com o referente, gênero do antropônimo.

Em toda pesquisa que se oriente pela Sociolinguística Variacionista, essa etapa de realização de análises quantitativas é imprescindível, porque

[...] possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística. A variação linguística, entendida com alternância entre dois ou mais elementos linguísticos, por sua própria natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos (GUY; ZILLES, 2007, p.73)

Entretanto, sabe-se que o programa estatístico é apenas um recurso de quantificação de dados e que os números não falam por si. “O progresso da ciência linguística não está nos números em si, mas no que a análise dos números pode trazer para nosso entendimento das línguas humanas” (NARO, 2008, p. 25), ou seja, a pesquisa linguística baseia-se em dados controlados, que refletem a “sistematicidade da estrutura linguística e evita a análise de casos isolados e se fundamenta, também, na quantificação dos dados, que decorre do pressuposto de que o uso de determinada forma linguística reflete diferentes atualizações das regras variáveis” (YACOVENCO, 2002, p. 107).

4. Análise dos dados

Foram extraídos desses textos pretéritos, 2.705 dados, os quais foram, a princípio, quantificados sem que se considerasse o gênero textual a que pertencia o documento, pois se objetivava, inicialmente, analisar o uso ou não de artigo definido em cada uma das localidades pesquisadas. Esse resultado é apresentado na tabela 1:

Tabela 1 - Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo nos dados de língua escrita pretérita de Abre Campo e Matipó – resultado geral

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%



Ausência	1.049	74,7	867	66,6
Presença	355	25,3	434	33,4
Total	1.404	100,0	1.301	100,0

Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p. 244.

Ao analisar a quantificação geral, verificou-se que, apesar da ausência de artigo definido diante de antropônimos ser a variante predominante nos textos escritos da língua pretérita das duas localidades (74,7% em Abre Campo e 66,6% em Matipó), já se percebia uma pequena tendência a mais uso de artigo definido na cidade de Matipó (33,4%) do que na cidade de Abre Campo (25,3%).

Ao se quantificar separadamente os gêneros textuais, através de rodadas separadas para cada um dos gêneros, registrou-se que: dos 2.705 dados, 621 estavam presentes nas atas, 1.204 estavam presentes nas escrituras e 872 presentes nos testamentos. O resultado da quantificação dessas novas rodadas está presente nas tabelas (2), (3) e (4):

Tabela 2 - Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo em Abre Campo e Matipó - atas

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%
Ausência	139	52,1	233	65,8
Presença	128	47,9	121	34,2
Total	267	100,0	354	100,0

Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p. 244.

Tabela 3 - Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo em Abre Campo e Matipó - escrituras

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%
Ausência	395	69,5	411	64,6
Presença	173	30,5	225	35,4
Total	568	100,0	636	100,0

Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p. 245.

Tabela 4 - Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo em Abre Campo e Matipó - testamentos

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%



Ausência	513	90,8	223	72,6
Presença	52	9,2	84	27,4
Total	565	100,0	307	100,0

Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p. 245.

Ao se analisar o resultado obtido através da quantificação das atas, observa-se um registro de artigo definido em 52,1% dos antropônimos, ao passo que 47,9% dos antropônimos não foram articulados. Em Matipó, por sua vez, contrariando a hipótese inicial, registra-se 65,8% de ausência de artigo definido diante de antropônimos e 34,2% de presença. Esse resultado contraria a quantificação geral: em Abre Campo, a presença de artigo definido diante de antropônimos que era, na quantificação geral, de 25,3%, passa a 47,9% na análise dessas atas, o que nos faz considerar que esse gênero textual estaria influenciando no maior uso do artigo definido. Ressalta-se que, dos gêneros analisados, a ata é o único que não possui natureza simplesmente notarial, o que pode ser reflexo de uma menor preocupação com relação ao rigor gramatical e com a estrutura do próprio gênero se relacionados aos textos notariais.

Nas escrituras de Abre Campo, 30,5% das ocorrências foram articuladas, enquanto que 69,5% não apresentaram o artigo definido diante de antropônimos. Nas escrituras de Matipó, por sua vez, 35,4% de ocorrências de antropônimos apresentaram artigo definido e 64,6% de ocorrências de ausência de artigo definido no contexto de antropônimos. Observa-se, através destes dados, uma distribuição bastante harmônica no que diz respeito ao uso do artigo definido diante de antropônimos nas duas localidades com relação no gênero textual escritura.

Ao observar os testamentos, registrou-se, em Abre Campo, um percentual de 90,8% de ausência de artigo definido diante de antropônimos; em contrapartida, apenas 9,2% desses dados foram articulados. Já nos testamentos da cidade de Matipó, por sua vez, 27,6% dos dados apresentaram presença de artigo definido no contexto de antropônimos, enquanto que 72,4% foram realizadas sem artigo definido. Há, nesse gênero, uma tendência maior a se usar artigo definido na cidade de Matipó (27,6%) se comparado à cidade de Abre Campo (9,2%).

Os exemplos 1 e 2 retratam dados obtidos em documentos antigos nas duas localidades:

(1) [...] disse que es-

tando a mesma desfalcada pela falta *do vereador Cap. Antonio Nicoláo* pedia que fosse nomeado *o Dr. Raymundo Brandão*, levantou *o vereador Cap. Liberato de Almeida* e disse que falecendo *o vereador Major Joaquim de Paulo*, pedia que fosse eleito um vereador para completal-a sendo eleito *o vereador Cap. Thodomiro de Abreu* por (5) votos. [...] (ACA51923 linhas 105-113)

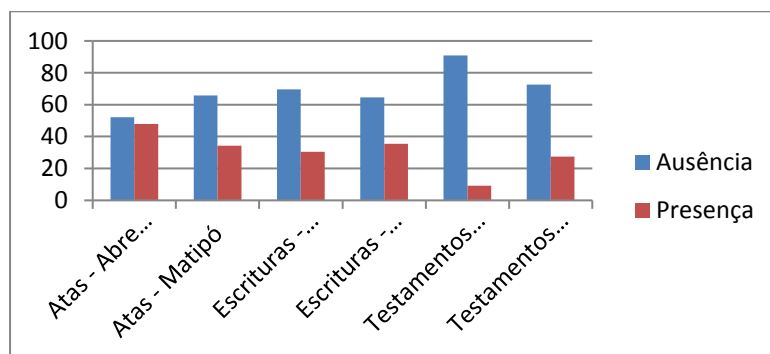
(2) [...] deverá

ser mudada para fazenda *do Sn. Estavam Costa de Oliveira Filho*, também no mesmo distrito deveria ainda ser localizada em escola no correjo da Condecendencia no mesmo distrito junto a fazenda *de Ø Itamar Machado*, não havendo mas nada a tratar a Sn. Prezidente encerrou os trabalhos convocando para uma reunião extraordinária hoje as 19 horas da noite. [...] (MtA461948 linhas 108-116)

Em pesquisa anterior, essas duas localidades apresentaram, na língua oral dos moradores da zona rural, a variação do fenômeno sintático da ausência e/ou presença de artigo definido no contexto de antropônimos, apesar de serem vizinhas limítrofes (ALMEIDA MENDES, 2009). Os dados extraídos em pesquisa posterior, no que diz respeito aos dados de língua oral contemporânea, obtidos na zona urbana, essa variação também é registrada (ALMEIDA MENDES, 2015). Nessa pesquisa de 2015, esperava-se, de acordo com a hipótese de pesquisa, que o padrão divergente encontrado nos dados de língua oral analisados nas duas localidades na pesquisa de 2009 tivesse se instalado de forma diferenciada nessas duas localidades desde o início da colonização, tendo essa divergência se prolongado até a atualidade. Os resultados obtidos a partir da análise dos documentos de língua pretérita contrariaram a hipótese inicial de Almeida Mendes (2015): o que é demonstrado nas tabelas (1), (2) e (3) acima; e cujas diferenças podem ser melhor visualizadas no gráfico (1), abaixo:

GRÁFICO 1: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao gênero textual em

Abre Campo e Matipó



Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p. 250.

O resultado das quantificações apontadas pelas tabelas (1), (2) e (3) fica melhor evidenciado através do gráfico (1). Como se vê, a ausência de artigo definido no contexto de antropônimo é predominante em todos os gêneros textuais das duas localidades; mas ressalta-se novamente que somente com relação às escrituras é que há uma distribuição quase harmônica com relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos nas duas localidades; nos testamentos, apesar de prevalecer a ausência de artigo definido nesse contexto, a presença de artigo definido é pontual em Matipó. No que diz respeito às atas, contraria-se o padrão esperado - a ausência de artigo definido é maior em Matipó do que em Abre Campo. A hipótese era a de que a ausência de artigo definido diante de antropônimos seria característica dos documentos de Abre Campo e a presença de artigo definido seria característica dos documentos de Matipó, conforme acontece com os dados de língua oral contemporânea.

Esperava-se também que os testamentos apresentassem prevalência de artigo definido no contexto de antropônimos ou, pelo menos, a ausência de artigo definido não fosse tão acentuada, uma vez que, geralmente, conforme registrado nos documentos, em grande parte dos casos, o oficial do cartório ia até a casa do testador, que, em várias vezes, estava acamado, moribundo; sendo o testamento ditado ao oficial pelo próprio testador. Acreditou-se que, devido a isso, a oralidade tivesse mais influência neste gênero textual e que a presença de artigo definido teria mais força nesses textos.

5. Considerações finais

Durante a realização deste trabalho, acreditou-se que a divergência encontrada na fala dos moradores das localidades de Abre Campo e Matipó, a saber: a cidade de Abre Campo apresenta a fala de seus moradores marcada pela prevalência de artigo definido diante de antropônimos e de que a cidade de Matipó apresenta a fala de seus moradores marcada pela presença de artigo definido neste mesmo contexto, fosse reflexo de padrões distintos de uso de artigo definido diante de antropônimos já estabelecidos desde o período de colonização das



duas localidades.

Dessa forma, foi realizada uma análise contemplando dados de língua pretérita, mais especificamente atas, escrituras e testamentos, em três intervalos de tempo determinados entre o período de 1875 a 1950, com o intuito de analisar se o padrão de uso de artigo diante de antropônimos nas duas localidades sempre foi diferente ou se, apenas depois de uma determinada época que essa fala se diferenciou.

Após a análise dos documentos e quantificação dos antropônimos, registrou-se que a ausência de artigo definido no contexto de antropônimo é predominante em todos os gêneros textuais das duas localidades. Há ainda o registro de uma distribuição bem harmônica desse fenômeno sintático com relação aos antropônimos das escrituras. Já nos testamentos, apesar de prevalecer a ausência de artigo definido nesse contexto, a presença de artigo definido é predominante em Matipó. Com relação às atas, contraria-se o padrão esperado - a ausência de artigo definido é maior em Matipó do que em Abre Campo -, a hipótese era a de que a ausência de artigo definido diante de antropônimos seria característica dos documentos de Abre Campo e a presença de artigo definido seria característica dos documentos de Matipó, conforme acontece com os dados de língua oral contemporânea analisados em Almeida Mendes (2009; 2015).

6. Referências

ALMEIDA MENDES, Andréia. **A ausência ou a presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na fala dos moradores da zona rural das cidades de Abre Campo e Matipó – MG.** 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

_____. **A ausência e/ou presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores das cidades de Abre Campo e Matipó – um estudo sociolinguístico.** 2015. 373f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BYNON, Theodora. **Historical Linguistic.** London: Cambridge University Press, 1986.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. **Mapa Geográfico:** apresentação e breve estudo de documento relativo ao caminho para as Minas. *Caligrama*. Belo Horizonte, v. 15, n.2, 2010, p.111-131.

_____. Análise ‘a posteriori’ de mudanças sintáticas. IX Encontro Nacional da ANPOLL, **Anais do IX Encontro nacional da ANPOLL.** 1995, vol.II, Linguística, Caxambu, junho de 1994. p.1468-

1485.

GUY, G.R.; ZILLES, A.M.S. **Sociolinguística quantitativa** – instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah, MORAES, João. In: CASTRO, I & DUARTE, I. **Razões e emoção**. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus. Vol. 1. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 87-114, 2003.

MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do galego-português** – estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. Fundação Calouste Gulbenkian: Coimbra, 1997.

MILROY, James. **Linguistic, variation e change. On the historical sociolinguistic of English**. GB: Basil Blackwell, 1992.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta. O conceito de transmissão linguística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). **Português brasileiro: contacto linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2003. p. 285-302.

NARO, A. J. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 43-50.

TARALLO, Fernando. “Túnel Morfológico II: Os ganhos”. In: **Tempos linguísticos – Itinerário da língua Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.

YACOVENCO, Lilian Coutinho. **Pesquisa sociolinguística: sua importância no estudo da linguagem**. Signum. Vitória: Centro de Ensino Superior Vitória, Ano III, n.3, p. 148-164, 2002.

Recebido em 30/05/2017

Aceito em 28/08/2017